



PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 240628001/CMT-DLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00012.20240520/0002-04

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU/CE

1.2. A contratação será dividida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO					QTD	UND
1	CADEIRA DE AUDITÓRIO EMPILHÁVEL, BASE FIXA, SEM BRAÇO, PERSONALIZADA COM BRAZÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU.					24.0	Unidade
Dimensões		do					Produto
Cor:							Preta
Largura:		44					cm.
Altura:		88					cm.
Profundidade:		54					cm.
Peso:		7					Kg.
Outras							medidas:
Altura	do	assento	ao	chão:	46	cm.	
Assento	(Largura	x	Profundidade):	40	x	40	cm.
Encosto	(Largura	x	Altura):	35	x	36	cm.
Características		do					Produto
Material	da	Estrutura:	Tubos	em	aço	carbono	20x20.
Peso		Suportado:			120	Kg.	
Acabamento:		Pintura			eletrostática	epóxi.	
Revestimento/Tecido:							Linho.



Estado Do Ceará
Poder Legislativo
Câmara Municipal De Tururu/CE

Espuma	do	Assento:	Espuma	laminada	50	mm.				
Material	do	Assento:	Madeira			BP.				
Espuma	do	Encosto:	Espuma	laminada	30	mm.				
Material	do	Encosto:	Madeira			BP.				
Material	dos	Pés:	Sapatas			plásticas.				
Diferenciais:										
-			Fabricação			Nacional.				
-			Cadeira			empilhável.				
-	Possui	encaixe	para	virar		longarina.				
Sistema		de	Montagem:			Parafusos.				
Manual		de	Montagem:			Sim.				
Complexidade		da	Montagem:			Baixa.				
Volumes:			1			Volume.				
Conteúdo	da		Embalagem:	1		Cadeira.				
Garantia	do	fabricante:	90	dias	contra	defeito de fabricação.				
2	PRATELEIRA DE AÇO DE 2 METROS COM 6 BANDEJAS EM AÇO RESISTENTE							6.0	Unidade	
Medidas:	91CM	Largura,	2	METROS	DE	ALTURA,	30	CM	DE	PROFUNDIDADE
Capacidade	de	30kg	cada	Bandeja,	Totalizando		180kg			distribuídos
Chapa	de	aço	da	bandeja:	n	26	espessura:			0,45mm
Chapa	de	aço	da	coluna:	n	20	espessura:			0,90mm
Cor: cinza										



Estado Do Ceará
Poder Legislativo
Câmara Municipal De Tururu/CE

3	MESA DE ESCRITÓRIO ESCRIVANINHA COM 2 GAVETAS						2.0	Unidade
MESA	em	MDP	BP	ou	EUCAPRINT	de	15	mm
Com	acabamento	no	Tampo	com	Perfil	em	PVC	
Pés	em	aço	com	pintura	EPOXI	na	cor	Cinza.
Gaveteiro			com		duas			gavetas.
Dimensões				do				produto:
Altura:				75				cm
Largura:				120				cm
Profundidade:				60				cm
Cor:								Cinza
Material				principal:				MDP
Itens								inclusos:
01		Mesa		para				Escritório.
4	COMPUTADOR COMPLETO INTEL I5 16GB HD 500GB 21,5 STRONG TECH						2.0	Unidade
Modelo:								Desktop
Tipo	de		processador:		Intel	Core	i5	
Tamanho			do		disco			rígido:
500								GB
Marca		do		processador:				Intel
Quantidade			de			peças:	4	
Peças	incluídas		CPU,		Monitor,	Teclado,		Mouse
Nome		do		sistema		operacional:		Windows
Versão		do		sistema		operacional:	10	
Edição	do	sistema		operacional:	Trial	RAM	16	GB



Estado Do Ceará
Poder Legislativo
Câmara Municipal De Tururu/CE

Tamanho		da		tela:		21.5		"																									
5	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA COM WIRELESS						2.0		Unidade																								
Tecnologia		de		Impressão		PrecisionCore®		4		cores		(CMYK)																					
Número		de		injetores:		400		bicos		preto		e		128		bicos		co															
Tamanho		mínimo		da		gota		de		tinta		3,3		picolitros																			
Resolução		máxima		de		impressão		4.800		dpi		x		1.200		dpi																	
Velocidade		de		impressão		ISO17/9,5		ISO		ppm		(preto/cor)		simplex7,5/5		ppm		(preto/cor)		Duplex													
Ciclo		de		trabalho		mensal		recomendado/máximo		1.500		páginas		por		mês/até		20.000		páginas		por		mês									
Impressão		e		digitalização		sem		fio		Soluções		Epson		Connect™																			
Velocidade				de						cópia		12/6				ipm																	
Número				de						cópias:						99																	
Resolução		de		cópia		(entrada e saída):		Até		600		dpi		x		600		dpi		e		até		600		dpi		x		1.200		dpi	
Funções de cópia: 1 a 2 faces, pré-visualização, redução automática e ampliação (25% - 400%), intercalar, densidade de cópia ajustável, 1 face a 2 faces, 2 faces a 1 face, 2 faces a 2 faces. Ajustes: densidade, contraste, cor, nitidez, aprimoramento de texto e originais de vários tamanhos mistos																																	
Tipo		de		scanner:		Cama		plana		colorida		/		ADF																			
Resolução				ótica/hardware		1.200		dpi		x		2.400		dpi																			
Resolução						máxima		9.600						interpolada																			
Velocidade		do		scanner(ADF):		6/5		ipm		preto/cor		(ISO)																					
Digitalização		máxima		do		tamanho		da		cama:		21,6		cm		x		30		cm													
Funções de digitalização: Digitalizar para PC via Document Capture Pro®, digitalizar para a nuvem (incluindo e-mail)																																	
Tipo		de		scanner:		Sensor		de		imagem		de		contato		(CIS)																	
Profundidade		de		bits		do		scanner:		Entrada		de		cores:		48		bits/saída		de		cores:		24		bits							



Estado Do Ceará
Poder Legislativo
Câmara Municipal De Tururu/CE

Tipo	de	fax:	Preto	e	branco	ou	colorido
Modem:			Até		33,6		Kbps
Memória	de	recepção:		Até	180		páginas
Tamanho	do	papel da	transmissão:	Cama	plana:	carta, A4ADF:	carta, A4, 8,5" x '3", Ofício
Recepção	do	tamanho	de	papel:	Carta,	A4,	Ofício
Números	de	marcação		rápida:		Até	100
Funções de fax: Enviar, receber, fax para PC, rediscagem automática, catálogo de endereços, envio atrasado, envio em massa							
Gramatura	do	papel:	64		g/m2	-	95 g/m2
Capacidade		máxima:	35		folhas	(80	g/m2)
Digitalização, cópia e fax automático frente e verso: A função Duplex não é automática para digitalização, cópia ou fax. Comece com a face frontal e depois a face posterior							
Conectividade padrão: SuperSpeed USB 3.0, sem fio LAN IEEE (802,11 b/g/n/a/ac), Wi-Fi Direct®, 100 Base-TX/10 Base-T							
Sistemas operacionais: Windows 10 (32-bit, 64-bit), Windows 8/8.1 (32-bit, 64-bit), Windows 7 (32-bit, 64-bit), Windows Server® 2016, Windows Server® 2012 R2, Windows Server® 2012, MacOS X® 10.6.8, Mac OS® 10.15.x10							
Tipos de papel: Papel comum, papel fosco para apresentação ultra-premium, papel fosco para apresentação premium, papel fosco para apresentação, envelopes Nº 10 e cartolina de até 255 g/m2							
Número	de	bandejas		de	papel:	bandeja	padrão
Capacidade	de	entrada		de	papel:	251	folhas
Gramatura	de	papel:		Até		90	g/m2
Garantia:		Garantia		de		12	meses
6	NOBREAK 600VA E S 220V C TOMADAS CAMERA CFTV TV PC SEGURANÇA					2.0	Unidade
Cor	Preto						
Modelo detalhado	220V						
Potência pico	600VA						



Estado Do Ceará
Poder Legislativo
Câmara Municipal De Tururu/CE

Potência nominal	300	W	
Voltagem de entrada	220V		
Voltagem de saída	220V		
Voltagem de entrada CA	220V		
Voltagem de saída CA	220V		
7	MICROFONE DE MESA PRO, AUDIO PRO-7K, CONDENSADOR CARDIOIDE, COR PRETO	4.0	Unidade
Formato:		mesa.	
Cabo	de	5m.	
Frequência	máxima:	900Hz.	
Frequência	mínima:	700Hz.	
Tipo:	Condensador		
Haste	flexível		
Diretividade:	Direcional		
Padrão	polar:	Cardioide	
Resposta	de	Frequência:	60Hz-18000Hz
Impedância	de	saída:	680ohm
Sensibilidade:	-46dB	±	2DB
Alimentação:	bateria	9v	/ Phantom Power 48v
Cabo: 5 m			
8	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL INVERTER 12000 BTUS QUENTE E FRIO 220V	1.0	Unidade
Capacidade de Refrigeração:		12000	BTUs
Ciclo:	Frio,	Quente	
Tecnologia:	Inverter		



Estado Do Ceará
Poder Legislativo
Câmara Municipal De Tururu/CE

Tipo	Split: Voltagem	220	V		
Itens	Inclusos:	1 Condensadora, 1 Evaporadora, 1 Controle Remoto e 1 Conjunto de Manuais.			
5	modos de operação:	Refrigeração, Aquecimento, Automático, Ventilação e Desumidificação.			
5	velocidades de ventilação:	Silencioso, Baixa, Média, Alta e Automática.			
Cor: Branco					
9	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL INVERTER 9000 BTUS QUENTE E FRIO 220V		1.0	Unidade	
Capacidade de Refrigeração: 9000				BTUs	
Ciclo:	Frio,			Quente	
Tecnologia:	Inverter				
Tipo	Split: Voltagem	220	V		
Itens	Inclusos:	1 Condensadora, 1 Evaporadora, 1 Controle Remoto e 1 Conjunto de Manuais.			
5	modos de operação:	Refrigeração, Aquecimento, Automático, Ventilação e Desumidificação.			
5	velocidades de ventilação:	Silencioso, Baixa, Média, Alta e Automática.			
Cor: Branco					
10	CADEIRA DE ESCRITÓRIO, GIRATÓRIA COM BRAÇO			14.0	Unidade
Material	do	estofamento:			Tecido
Confortável		e			durável.
Cor:					preto
Apoios	de	braços			confortáveis.
Suporte		lombar			fixo.
Com					rodas.
Giratória.					
Material	do	enchimento:			espuma.
Peso	máximo	suportado:			120kg.
Medidas do assento: 47 cm de largura, 38 cm de altura mínima desde o chão, 50 cm de altura máxima desde o chão e 46.5 cm de profundidade.					
Medidas	do encosto:	41 cm de largura e 36 cm de altura.			
11	ARMÁRIO MULTIUSO 2 PORTAS			1.0	Unidade
Cor	da	parte interna:			branco



Estado Do Ceará
Poder Legislativo
Câmara Municipal De Tururu/CE

Cor		da				parte				externa:				branco			
Quantidade		de				Portas:				2				Und			
Material		das				Portas:								MDP			
Material		da				Dobradiça:								Metálica			
Material		do				Puxador				Porta:				ABS			
Tipo						Porta:								Bater			
Quantidade		de				Pés:				Não				Possui			
Medidas		Montado:		(A	x	L	x	P)	180	x	61	x	34	Cm			
12		FRAGMENTADORA CORTE EM TIRAS 6MM - 10 FOLHAS, CARTÃO, GRAMPO PEQUENO, CESTO COM 13,2L - 220V										1.0		Unidade			
Tipo	de	Corte:	Partículas	de	6	mm	-	Nível	de	Segurança	P2	(Norma	Din	66399)			
Abertura		p/	Papel:		220	mm	c/	Abertura		Separada		p/	Cartão				
Capacidade:		10				folhas				75				g/m²			
Capacidade		do				cesto				13,2				litros			
Dimensões		307x196x381mm															
Fragmenta,		Cartão				e				pequenos				Grampos			
Controles		Manuais:				Retrocesso				e				Liga/Desliga			
Velocidade:		3.0															
Tempo		de				Funcionamento:				2				min			
Tempo		de				Resfriamento:				15				min			
Nível		de				Ruído:				Máximo				de 70dB			
Sensor		Automático				de				Papel							
Proteção		contra				superaquecimento											



Voltagem:

220V

Assistência Técnica em todo território nacional (contato direto com o Fabricante)

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de lux, conforme estabelecido em regulamento interno.

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 51.204,48 (cinquenta e um mil, duzentos e quatro reais e quarenta e oito centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II
para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 2 (dois) dias, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Nenem Barroso, 18, Centro

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- 7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
- 7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;
- 7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;
- 7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;
- 7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;



7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.



10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) (6 / 100) I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte



inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.



13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Câmara Municipal de Tururu, na classificação econômica 1201.01.031.0001.2.080 - Gerenciamento das Atividades Legislativas, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905236 - Equipamentos e Material Permanente, R\$ 682,25 (seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos) 44905242 - Equipamentos e Material Permanente, R\$ 8.623,95 (oito mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos) 44905234 - Equipamentos e Material Permanente, R\$ 2.471,15 (dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e quinze centavos) 44905200 - Equipamentos e Material Permanente, R\$ 39.427,13 (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e treze centavos); .

Tururu/CE, 12 de junho de 2024